

# O RACIONALISMO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Robert Derathé<sup>1</sup>

*Tradução: Suzana Albornoz*

---

## Introdução

Será Rousseau racionalista? A questão não pode deixar de perturbar a todos os que leram seriamente a sua obra, pois, nesse assunto, ela nos oferece fórmulas tão radicais quanto inconciliáveis, capazes de confundir a sagacidade do leitor.

Repetidas vezes, Rousseau denuncia os “sofismas” de uma razão corrompida, como na célebre invocação à consciência<sup>2</sup> ou naquela invocação à natureza que encontramos na *Nova Heloísa*, que é como um eco da primeira: “Natureza, ó doce natureza! Retoma todos os teus direitos... Serão as inclinações que me deste, mais enganadoras que a razão, que tantas vezes me perdeu?”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> *Le rationalisme de Jean-Jacques Rousseau*, Paris: PUF, 1948.

<sup>2</sup> “Consciência! Consciência! Instinto divino;(…)juiz infalível do bem e do mal;(…) sem ti não sinto nada em mim que me eleve acima dos animais, somente o triste privilégio de extraviar-me de erros em erros, com ajuda de um entendimento sem regra e de uma razão sem princípio.” *Profissão de fé do vigário saboiano*, ed. Beaulavon, Paris, Hachette, 1937, p.146. Conferir também pp.134/135: “Muito frequentemente a razão nos engana, por isso adquirimos o direito de recusá-la; mas a consciência nunca engana, é ela o verdadeiro guia do homem.”

<sup>3</sup> *Nova Heloísa*, III Parte, Carta XV (t.IV, p.231 das *Obras completas*, Paris, Hachette, 13 vol., in-16. As citações que não são acompanhadas de

Depois, como se houvesse esquecido tais acusações, vê-se o autor celebrar, com o mesmo vigor e convicção, a origem celeste da “sã razão”. “Onde buscar a sã razão, senão no que é a sua fonte? E que pensar daqueles que se consagram a corromper nos homens *essa chama divina que Deus lhes deu para guiá-los?*” A esse texto pouco conhecido da *Nova Heloísa*<sup>4</sup> corresponde a célebre passagem da *Profissão de fé do vigário saboiano*: “O Deus que adoro não é um Deus das trevas, ele não me dotou de um entendimento para proibir-me de usá-lo: dizer-me para submeter minha razão é ultrajar seu autor.”<sup>5</sup>

Com efeito, se a razão é um dom de Deus, seria impossível condenar seu uso, e Rousseau, que reivindica a honra de ser “*um homem que raciocina*”<sup>6</sup>, defende, por toda parte, em política como em religião, os direitos da razão, contra aqueles que, em nome da autoridade ou do preconceito, gostariam de silenciá-la.

“Não se deve, em nada, punir o uso da razão, nem mesmo o raciocínio; tal punição deporia fortemente contra

---

nenhuma indicação bibliográfica especial se referem a essa edição que, como se sabe, é considerada a vulgata das obras de Rousseau).

<sup>4</sup> Ibid., III Parte, Carta XVIII (IV, p.250)

<sup>5</sup> P.168.

<sup>6</sup> *Cartas escritas da montanha*, III, p.206: “Isto, penso, é do direito de um homem que raciocina.” Conferir *Carta a Montmollin*, Motiers, 24 agosto 1762, *Correspondência Geral*, publicada por Th. Dufour, Paris, Colin, 20 vols., in-8ª, 1924/1934, t.8, n.1501, p.83 (a partir de agora, designaremos essa edição pelas iniciais C.G.): “não é bom que se pense que um homem de boa fé que raciocina não pode ser membro de Jesus-Cristo.” Aparece o mesmo na *Profissão de fé*, nas réplicas do “Raciocinador”, p.170: “Quem quer que deseje recusar a razão deve convencer sem dela se servir”; p.171: “Não há nada mais incontestável do que os princípios da razão”.

aqueles que a infligissem”, diz ele, nas *Cartas escritas da montanha*.<sup>7</sup>

É igualmente à sã razão que o pensador nos remete para preservar-nos dos descaminhos do coração. “O coração – é o que se lê na *Nova Heloísa* – nos engana de mil maneiras, e age sempre por um princípio suspeito: mas a razão visa o que é bom; suas regras são seguras, claras, fáceis na conduta da vida; e somente se extravaiava em especulações inúteis que para ela não foram feitas”.<sup>8</sup>

Entretanto, ainda mais frequentemente, Rousseau nos recomenda consultar a natureza, cujos movimentos são sempre retos. A voz da natureza, para Rousseau, é menos a de nossas inclinações que a da consciência. Mas a própria consciência não é um juízo da razão, é o “impulso” de um ser sensível.<sup>9</sup> Embora se oponha, em nós, ao amor de nós mesmos, ela, como ele, vem do domínio da sensibilidade. Amor do bom ou do belo moral, sentimento inato, instinto divino, em seu princípio ela permanece independente da própria razão<sup>10</sup>. Ora, segundo Rousseau, é a consciência que deve ser a regra de nossas ações, porque é infalível, enquanto acontece da razão extraviar-se. “Creio ter uma regra mais segura, diz Júlia na *Nova Heloísa*, e nela me mantenho. Consulto em segredo minha consciência; ela nada me censura,

---

<sup>7</sup> III, 206.

<sup>8</sup> IIIa Parte, Carta XX (IV, p.256).

<sup>9</sup> *Profissão de fé do vigário saboiano*, p.145. E “é do sistema moral formado por essa dupla relação, a si mesmo e a seus semelhantes, que nasce o *impulso da consciência*”. Conferir p.143: “Os atos da consciência não são juízos, mas sentimentos”.

<sup>10</sup> *Profissão de fé*, p.145: “O princípio imediato da consciência, independente da própria razão.” (Conferir *Emílio*, liv.I (II, p.36): “A consciência... embora independente da razão.”

e a consciência jamais engana uma alma que a consulte sinceramente”.<sup>11</sup>

Notemos, no entanto, que se em Rousseau se encontra a antítese entre a consciência e a razão<sup>12</sup> – uma, infalível, a outra, sujeita ao erro –, também frequentemente acontece de o nosso autor declarar que uma e outra concordam ou se completam<sup>13</sup>. Certos textos, mesmo, apresentam-nas como inseparáveis para a conduta da vida, e, às vezes, Rousseau emprega indiferentemente um ou o outro termo para designar a regra de nossos deveres. “Os melhores guias que podem ter as pessoas honestas são a razão e a consciência”, diz ele num de seus primeiros escritos<sup>14</sup>, como dirá mais tarde no *Emílio*: “O que é, pois, o homem virtuoso? É aquele que sabe vencer suas afeições; porque então segue sua razão, sua consciência; faz seu dever; mantém-se na ordem e dela nada pode afastá-lo”.<sup>15</sup>

Ficam bem claros, pois, dois aspectos da doutrina de Rousseau: um, sentimental, o outro, racionalista, aparentemente, inconciliáveis. Ora Rousseau declara que devemos escutar a voz da natureza, que “nossos verdadeiros mestres são a experiência e o sentimento”<sup>16</sup> e ora, ao contrário, aconselha-nos a seguir a razão.

Alternadamente, a consciência e a razão são apresentadas como o guia que o homem recebeu de Deus para

---

<sup>11</sup> IIIª Parte, Carta XVIII (IV,p.252).

<sup>12</sup> Conferir textos da *Profissão de fé* citados p.1, nota 1.

<sup>13</sup> *Profissão de fé*, p.143: “Se tais doutrinas pudessem um dia germinar entre nós, a voz da natureza, assim como a da razão, se ergueriam incessantemente contra elas.”

<sup>14</sup> *Resposta a Senhor Bordes*, I, p.63.

<sup>15</sup> Liv.V(II, p.416).

<sup>16</sup> *Emílio*, liv. III (II,p.149).

conduzi-lo. Às vezes, se opõem, outras vezes, seus elos são tão estreitos que parecem confundir-se. Enfim, no que concerne à própria razão, vemos Rousseau, em alguns momentos, recusá-la, como uma fonte de erros ou de sofismas, e depois, exaltá-la, como a chama divina que o Ser supremo nos deu para nos esclarecer.

Aí temos algo que pode desconcertar o leitor mais perspicaz. Entretanto, a menos que se conclua que seus escritos estão cheios de incoerência, é preciso admitir, como o próprio Rousseau nos adverte<sup>17</sup>, que suas contradições são puramente verbais, e procurar ver o verdadeiro pensamento do autor, para além do aparente desacordo das fórmulas.<sup>18</sup>

Foi o que fizeram seus melhores intérpretes. O leitor não se surpreenderá ao vê-los dividir-se em dois grupos: uns, esforçando-se por mostrar que, apesar de muitas fórmulas racionalistas, a doutrina e o método de Rousseau são de inspiração sentimental, e os outros, afirmando que o apelo ao sentimento não impede Rousseau de permanecer basicamente racionalista.

---

<sup>17</sup> “A menos que se admita que os escritos de Rousseau sejam apenas incoerência e pura extravagância, somos obrigados a dar-lhe crédito quando assegura que suas contradições são verbais e, distinguindo os sentidos diversos que dá às mesmas palavras, procurar penetrar até seu verdadeiro pensamento”, escreve G. Beaulavon em seu artigo sobre “A filosofia de J.-J. Rousseau e o espírito cartesiano” (em *Estudos sobre Descartes*, publicação da *Revue de Métaphysique et Morale*, Paris, 1937, pp.334/336). Sobre as declarações de Rousseau relativas a suas pretensas contradições, ver, nesse mesmo artigo, a nota 5 da p.335.

<sup>18</sup> E isso tanto mais que não temos aqui o recurso de invocar uma evolução do pensamento de Rousseau. “Escrevi sobre diversos assuntos, mas sempre nos mesmos princípios, sempre a mesma moral, a mesma crença, as mesmas máximas, e, se se quiser, as mesmas opiniões”, escreve ele na *Carta ao Senhor de Beaumont* (III, 59). Conferir Beaulavon, *ibid*, p.334, nota 3.

A primeira tendência encontra a sua mais clara expressão nas obras de Pierre-Maurice Masson<sup>19</sup>, de uma

---

<sup>19</sup> *A religião de Jean-Jacques Rousseau* (Paris, Hachette, 3 vols., in-16, 1916); *A profissão de fé do vigário saboiano, de Jean-Jacques Rousseau*, edição crítica a partir dos manuscritos de Genebra, Neuchâtel e Paris, com uma introdução e um comentário histórico, Paris, 1914, in-8°. Entre os que tomam a doutrina de Rousseau por puro sentimentalismo, citemos, igualmente, Brunschvicg, que, em *O progresso da consciência* (Paris, 1927), consagrou a Rousseau um capítulo intitulado “A religião do instinto”; Pierre Lasserre – Rousseau “só pensa com seus instintos”, diz ele em seu livro sobre *o Romantismo francês* (3. ed., Paris, 1908, in-16, p.77) – e Victor Basch. No decurso de uma sessão da *Société Française de Philosophie* consagrada à “unidade na obra de Jean-Jacques Rousseau” (27 de fevereiro de 1932), Basch recusava inclinar Rousseau para o kantismo, como o fazia Cassirer, e declarava-se francamente partidário da tese sentimentalista: “Ponho como centro, dizia, como fonte do gênio de Rousseau, não essa vontade moral, essa vontade autônoma, essa liberdade metafísica concebida por Kant, e cuja essência é totalmente estranha à natureza sensível e sensual de Rousseau, mas o que é contrário à vontade racional, a saber, o sentimento oposto ao entendimento, à razão, esse sentimento... que, para mim, é a própria alma de Rousseau homem como de Rousseau pensador. *Tenho sentido antes de pensar, é a sorte comum da humanidade. Tenho-o experimentado mais do que qualquer outro*: nessa declaração há todo Rousseau... Sentimento igual ao individualismo, é com isso que construo, de minha parte, todo Rousseau” (*Bulletin de la Société française de Philosophie*, abril-junho 1932, pp.68/69). Será preciso acrescentar que, apresentada sob uma forma tão radical, a interpretação sentimentalista nos parece absolutamente insustentável? A citação de Rousseau extraída das *Confissões* (Parte I, liv.I) foi reproduzida com um erro, imagino, devido à estenografia. Eis o texto exato: “Eu sinto antes de pensar: é a sorte comum da humanidade, que experimentei mais do que os outros” (*Confissões*, edição integral, publicada por Ad.Van Bever, Paris, 1927, 3 vols., in-8°, t.I, p.10). Rousseau dizia, também, na *Profissão de fé do vigário saboiano* (ed. Beaulavon, Paris, Hachette, 1937, pp.143/144): “Existir, para nós, é sentir; nossa sensibilidade é incontestavelmente anterior à nossa inteligência, e temos tido sentimentos antes de idéias.” Esses dois textos não significam que a sensibilidade seja preferível ou superior à razão. Rousseau afirma somente que lhe é anterior. Por isso não podemos compartilhar a opinião de Jacques Maritain, quando escreve: “Jean-Jacques Rousseau não só professa em teoria a filosofia do

erudição tão segura e que, desse ponto de vista, impõem autoridade. Para Masson, é “a exaltação do sentimento às expensas da razão”<sup>20</sup> que traduz “o pensamento profundo de Jean-Jacques”. O racionalismo de Rousseau, apesar da intransigência de certas fórmulas, só se manifesta por sobressaltos, de uma maneira episódica; é “tanto mais áspero quanto mais intermitente”<sup>21</sup>.

G. Beaulavon, que representa a tendência oposta<sup>22</sup>,

---

sentimento, como os moralistas ingleses do seu tempo, que são ainda intelectuais e analistas dissertando sobre a sensibilidade. Já se observou muitas vezes, ele mesmo – e com que intensidade! – é todo sentimento; ele vive com todas as fibras de seu ser, com uma espécie de heroísmo, o primado da sensibilidade.” (*Três reformadores*, Paris, 1925, in-8°, pp.135/136). De modo algum há em Rousseau – quero dizer, no Rousseau pensador – o primado da sensibilidade. O que ele sempre afirmou foi o primado da vida moral sobre a vida puramente especulativa, mas pensou encontrar a solução do problema moral numa espécie de equilíbrio entre a razão e o sentimento, mais que no reino exclusivo do instinto.

<sup>20</sup> *Profissão de fé do vigário saboiano*, p.275, nota 2 da p.114, do texto da edição original da obra.

<sup>21</sup> *A religião de Jean-Jacques Rousseau*, t.II, *A profissão de fé de Jean-Jacques*, p.95.

<sup>22</sup> Entre os representantes da mesma tendência, citemos igualmente Höfding, Lanson, Dürkheim e Parodi, ou ainda, Albert Schinz, que, todos eles, em diversos graus, admitem que Rousseau permanece um racionalista. Numa importante obra sobre o *Emílio*, publicada em 1941 (*A educação do homem novo*, Issoudun, 2 vols., in-8°), André Ravier aborda, em várias ocasiões (t.II, pp.174 ss., 308 ss.), o problema que aqui nos interessa. Para ele, o que caracteriza a atitude de Rousseau é o equilíbrio do sentimento e da razão. “Ao mesmo tempo que sobre as potências da razão, diz ele (t.II, p.365), Jean-Jacques se apóia sobre as potências do sentimento. Não mais numas que nas outras, mas igualmente”. Longe de admitir, com P.-M. Masson, que a razão seja para Rousseau “uma potência de dissolução e de anarquia” (*A religião de J.-J. Rousseau*, t.II, p.88), Ravier sublinha a confiança que nosso autor deposita na razão e o papel importante que esta faculdade exerce na educação de Emílio. “Sua confiança na razão, sua fé na bondade de seu papel é indiscutível”, diz ele

refuta a interpretação de Masson, no vigoroso artigo que já tivemos ocasião de citar, assim como na edição clássica da *Profissão de fé*. Para Beaulavon, ao contrário, longe de ser intermitente, o racionalismo de Rousseau é “normal e essencial”, mesmo tendo seus limites e dando lugar ao sentimento. Rousseau de modo algum é contrário ao espírito de Descartes.

Dessas duas interpretações, a primeira – aquela de P.-M. Masson – nos parece radicalmente falsa. A respeito deste ponto, estamos inteiramente de acordo com Beaulavon e, se reabrimos hoje um debate que, sem dúvida, jamais será fechado, é só acessoriamente para refutar a argumentação de Masson – a demonstração de Beaulavon nos parecendo decisiva a esse respeito –, mas, antes, para completar e, em certos pontos, retificar a própria interpretação de Beaulavon.

É muito louvável o fato de Beaulavon ter mostrado que em Rousseau não há uma oposição, mas “uma constante colaboração do sentimento e da razão”. Mas não estamos seguros de que essa colaboração se faça unicamente no sentido que ele aponta: a razão esclarecendo o sentimento.<sup>23</sup> O

---

(t.II, p.175), falando de Jean-Jacques. Ravier se afasta, pois, sensivelmente, da tese defendida por P.-M. Masson, todavia sem ligar-se àquela de Beaulavon, e sem afirmar claramente que a doutrina de Rousseau, apesar do lugar que aí ocupam o coração e o sentimento, permanece de inspiração racionalista.

<sup>23</sup> Notemos, entretanto, que Beaulavon admite também que o sentimento exerce, por sua parte, uma influência benfazeja sobre a razão, lhe servindo de guia. “O método original de Rousseau – diz ele, na introdução de sua edição do *Contrato social* (4.ed., Paris, 1931, p.20) – consistirá, pois, não em afastar sistematicamente a razão, mas em uni-la estreitamente ao sentimento, em dar-lhe o sentimento como ponto de partida e controle”. Na introdução à sua edição da *Profissão de fé do vigário saboiano* (p.33), ele emprega uma fórmula análoga para resumir o pensamento de Rousseau: “Deus, diz ele, não nos deu o sentimento para dispensar-nos da razão, mas para nos ensinar a pô-la em obra e a dela bem nos servir.”



pensamento profundo de Rousseau seria, antes, que não existe sã razão num coração corrompido, e que a própria consciência deve servir de princípio ou de regra para a razão que, sem tal guia, arrisca “extraviar-se de erros em erros” e de engendrar os piores sofismas. Nesse sentido, a pureza do coração seria a condição da reta razão.

É o que tentaremos mostrar, retomando o problema em seu conjunto e, sem nos limitarmos à análise dos textos de Rousseau, nos esforçaremos por confrontá-los com seus antecedentes históricos e com as teorias que, em nossa opinião, destinam-se a refutar.

Isso nos levará a:

1º) Opor as maneiras de ver de Rousseau a certo racionalismo, aquele dos juristas Pufendorf, Barbeyrac e Burlamaqui, que nosso autor certamente leu, e que tentou refutar em seus escritos;

2º) Aproximar Rousseau, não de Descartes, a quem seria, antes, oposto, mas de Malebranche. Sabe-se que o pensamento de Rousseau se formou numa atmosfera oratoriana e malebranchista.<sup>24</sup> Nessas condições, as

---

Essas fórmulas são muito próximas de nossa própria interpretação, mais próximas mesmo do que pensávamos no começo. Fazemos questão aqui de prestar homenagem à memória de Beaulavon. Seus escritos sobre Rousseau, tanto os seus artigos como as suas edições clássicas do *Contrato social* e da *Profissão de fé*, foram para nós um guia precioso em nossas pesquisas. Queríamos expressar-lhe toda a nossa gratidão, pela dívida que com ele contraímos, quando tomamos conhecimento de sua morte, pela *Revue de Métaphysique et Morale* que lhe consagrou uma curta notícia necrológica no seu n.1 de 1944 (pp.95/96).

<sup>24</sup> Ver, sobre esse assunto, além das duas obras de P.-M. Masson, o notável livro de Ch.W. Hendel, *Jean-Jacques Rousseau, Moralista*, 2 vols. , Oxford, 1934, especialmente os capítulos I, XIV e XVIII, que contêm numerosas aproximações entre Rousseau e Malebranche, assim como o artigo de Émile Bréhier, *As leituras malebranchistas de Jean-Jacques*

aproximações que se podem fazer entre os dois autores, sob muitos aspectos, podem ser consideradas como sinal de uma verdadeira filiação.

## Conclusão

Rousseau, certamente, talvez mais que qualquer outro, denunciou os erros onde caem os homens através do uso de sua razão, mas para ele como para Burlamaqui<sup>25</sup>, tais erros apenas provam que “os homens podem fazer mau uso de sua razão”. De modo algum se deve concluir que a razão seja destituída de toda retidão natural, e que a ela se deva evitar apelar. “Deus – dirá o vigário saboiano – não me dotou de um entendimento para me proibir o seu uso”.<sup>26</sup>

Em Rousseau, dá-se o mesmo em relação à razão e à sociedade. É certo que todos os nossos vícios nascem da vida

---

*Rousseau (Revue Internationale de Philosophie, 15 de outubro de 1938, pp.98/120). Nesse artigo se encontram, além de numerosas citações dos dois autores, uma interpretação muito original das relações da razão e do sentimento em Rousseau. Nós mesmos utilizamos os textos citados por Bréhier e tiramos o maior proveito de sua interpretação que, sob muitos aspectos, será também a nossa.*

<sup>25</sup> “É verdade – diz Burlamaqui – que a má educação, hábitos viciosos, paixões desregradas, podem obscurecer as luzes do espírito; e que a desatenção, a leviandade e os preconceitos com frequência lançam os homens nos erros mais grosseiros, mesmo em matéria de religião e de moral. Mas isso prova somente que os homens podem fazer mau uso de sua razão, e não que essa *retidão* natural das faculdades da alma seja destruída”. (*Princípios do Direito natural*, Primeira Parte, cap.I, par.7, t.I, pp.9/10).

<sup>26</sup> *Profissão de fé*, p.168.

em sociedade<sup>27</sup>, mas daí não se deduz que a sociedade seja má em si mesma. É somente a sociedade mal governada que nos deprava<sup>28</sup>, pois com boas instituições sociais nascem a justiça e a virtude. Do mesmo modo, “os sofismas da razão” provêm de uma razão corrompida “que só se apóia sobre si mesma” e, por isso, encontra-se desviada pelas paixões. É, pois, uma “razão mal conduzida”<sup>29</sup>, “uma razão sem princípio” que nos desencaminha. Em compensação, a sã razão nos vem de Deus: é “a chama divina que ele nos dá para guiar-nos”.<sup>30</sup>

Quando se afirma, com P.- M. Masson, que Rousseau considerou a razão como uma faculdade “suspeita e impotente”, na realidade, assim se atribui a Rousseau a teoria que os teólogos católicos de seu século não cessaram de lhe opor e que ele sempre combateu.

Para esses teólogos,<sup>31</sup> a razão é uma faculdade suspeita

---

<sup>27</sup> No *Emílio*, Rousseau afirma, no livro IV, que “a sociedade deprava e perverte os homens” (II, p.207) e, no livro I, que “quanto mais eles se reúnem, mas se corrompem” (ibid., p.27).

<sup>28</sup> “Todos esses vícios não pertencem tanto ao homem quanto ao homem mal governado”, escreve Rousseau no Prefácio do *Narciso* (V, p.106).

<sup>29</sup> *Carta ao Senhor de Franquières* (C.G., t.XIX, p.61).

<sup>30</sup> *Nova Heloísa*, Parte III, Carta XVIII (IV, p.250)

<sup>31</sup> Haverá necessidade de precisar que aqui se trata unicamente da teologia católica que Rousseau encontra diante dele, e dos teólogos seus adversários? Nossa observação deixaria de ser exata se lhe dessem um sentido mais geral e pensassem que aludo à teologia católica em seu todo. Nesse caso, seria fácil opor-nos todos os pensadores que, no seio da tradição católica, representam a corrente racionalista. Nem Santo Tomás, nem Malebranche – no entanto, tão diferentes entre si – admitiriam que a razão é uma faculdade suspeita. Para eles, a razão tem seu domínio próprio – aquele da ciência, e mesmo, da metafísica – onde nela é preciso confiar. Nossa razão, sem dúvida, não é isenta da corrupção oriunda do pecado, mas não deve limitar-se a constatar sua tara original. Embora “obscurificada pelas trevas do pecado”, a razão humana, em grande medida, permanece capaz de retificar-se por si mesma.

porque é uma faculdade decaída. “Desde que esta faculdade natural decaiu do estado de sua perfeição original, só pode ser um guia cego” – diz, por exemplo, o abade André.<sup>32</sup> Essa é, na realidade, uma idéia cristã, inseparável da doutrina da queda do homem, e que o autor de *Emílio* jamais quis admitir. O que os católicos censuraram em Rousseau, sobretudo, muito mais que os seus ataques contra a autoridade da Igreja, foi não querer reconhecer que nossa luz natural é obscurecida pelas trevas do pecado. Para convencer-se disso, basta ler os escritos que os teólogos católicos consagraram à refutação do *Emílio* nos anos que se seguiram à sua publicação<sup>33</sup>. Encontra-se em todos esses escritos a mesma censura: Rousseau acreditou demasiado na razão e não sentiu toda a sua insuficiência. Também há grande empenho em lembrar-lhe a queda da razão, as suas fraquezas e a sua cegueira.

Todos esses teólogos católicos notaram que, na doutrina de Rousseau, “a razão é absolutamente sã”<sup>34</sup>, e que não pode ser de outro modo no sistema de um autor que rejeita o pecado original. Interpretação profunda e que merece ser sublinhada. O princípio da bondade natural do homem não significa somente, em Rousseau, que nascemos sem tendência para o mal, mas também que todas as nossas faculdades naturais, em si mesmas, são sãs, e só se corrompem por nossa culpa. Se assim é, por que a razão seria exceção? Rousseau, pois, certamente, teria assumido o princípio dos

---

<sup>32</sup> *Refutação da nova obra de Jean-Jacques Rousseau, intitulada: “Emílio” ou “Da educação”*, Paris, 1762, in-8º, p.113.

<sup>33</sup> Conferir o capítulo precedente onde se encontram todos os textos que não nos pareceu indispensável reproduzir aqui.

<sup>34</sup> A fórmula é do arcebispo de Paris. Após haver lembrado, em seu *Pastoral contra o “Emílio”*, que para Rousseau não é necessário acreditar em Deus para ser salvo, ele acrescenta: “Uma tal pretensão é soberanamente absurda, sobretudo no sistema de um escritor que sustenta que a razão é absolutamente sã.” (*Obras de Rousseau*, III, p.50).

jurisconsultos, e sustentado, por sua vez, que “o entendimento é naturalmente reto”.

Logo, rejeitamos a interpretação de P.- M. Masson, não somente porque está em desacordo com os textos mas, sobretudo, porque está em contradição com o sistema do autor. A lição que se depreende dos escritos de Rousseau não é a que Masson deduz. Rousseau jamais acreditou que alguém devesse abster-se de usar sua razão – o que seria, propriamente, um absurdo –, mas, ao contrário, quis nos ensinar a dela fazer bom uso.

Embora tenha dito que “tudo degenera entre as mãos dos homens”<sup>35</sup>, Rousseau não pensa que o mal seja sem remédio. O que o preocupou, ao contrário, foi saber como os homens poderiam evitar os males que operam. Procurou, pois, em quais condições podemos preservar nossa razão da corrupção e conservar-lhe sua retidão natural. Trata-se, para ele como para Descartes, de bem conduzir sua razão, ou de elevar o homem à sua razão.

Mas ninguém melhor do que Rousseau sentiu as dificuldades da tarefa, nem melhor esclareceu os obstáculos que nos impedem de bem usar nossa razão. Para Rousseau, o bom uso da razão é um ideal difícil de atingir, e lá só se pode chegar ao termo de uma educação bem conduzida: “De todas as instruções próprias do homem – diz ele na *Nova Heloísa* – aquela que o ser humano adquire mais tarde e mais dificilmente é a própria razão” (IV, p.393).

Na verdade, as dificuldades que o homem deve superar são de duas espécies: umas têm a ver com a natureza da razão e, as outras, com as condições próprias de seu desenvolvimento.

---

<sup>35</sup> *Emílio*, Livro I (II, p.3).

A. – É da natureza da razão ser limitada, e é por não querer levar em conta esse fato que tantos homens se enganam. O “mau uso do saber” é, pois, uma das fontes mais importantes de nossos erros. Bem frequentemente, a razão nos engana porque é “mal conduzida” e se perde em especulações que ultrapassam seu alcance. Ao “perigoso raciocinador”, que desconhece os limites naturais da razão, Rousseau opõe o “raciocinador moderado”, o “homem ao mesmo tempo razoável e modesto, em que o entendimento, exercido, mas limitado, sente seus limites e neles se concentra.”<sup>36</sup> O primeiro princípio da sabedoria ou, se quiser, a primeira regra do método é saber ignorar aquilo que não podemos saber<sup>37</sup>: “Uma vez que – diz Rousseau –, quanto mais os homens sabem, mais se enganam, o único meio de evitar o erro é a ignorância. Não julgueis, assim, nunca vos enganareis. Esta é a lição da natureza tanto quanto da razão.”<sup>38</sup> Os limites da razão não serão mais uma fonte de erro para quem souber resignar-se com a ignorância, e “deixar na incerteza” todas as questões que ultrapassam o seu alcance.

Entretanto, ninguém pode resignar-se a ignorar o que lhe importa saber, e vimos que há questões capitais – quase todas aquelas que se referem à religião –, sobre as quais a razão é incapaz de tomar partido, porque os argumentos de uma e de outra parte se equilibram. Mas o homem pode remediar essa insuficiência da razão, fazendo apelo ao sentimento interior. É ele que, nesse caso, pode nos trazer uma certeza que a razão não é mais capaz de fornecer-nos. Logo, é conforme à razão consultar o sentimento interior, pois

---

<sup>36</sup> *Carta ao Senhor de Franquières*, p.52.

<sup>37</sup> *Profissão de fé*, pp.91/92.

<sup>38</sup> *Emílio*, Livro III (II, p.176)

é a própria razão que, tomando consciência de seus limites, de certo modo nos remete a ele. Tal é, creio, o sentido que deve ser dado à célebre fórmula do vigário saboiano: “Minha regra, de entregar-me ao sentimento mais do que à razão, é confirmada pela própria razão.”<sup>39</sup>

B. – Uma segunda série de dificuldades vem das condições do desenvolvimento da razão. De todas as nossas faculdades, essa é a que se desenvolve mais tarde, e nossa pressa em utilizá-la lhe dá um mau hábito, costumes viciosos, mesmo antes que seja apta para nos esclarecer. Assim, o primeiro erro a evitar é acreditar que a criança nasce com sua razão toda formada e que basta colocá-la em obra. Não há preconceito mais nefasto para a educação das crianças. Ao contrário, é preciso persuadir-se e persuadi-las que a razão está acima de sua idade, porque o uso prematuro da razão conduz ao verbalismo e corrompe o juízo que se forma, primeiro, pelo contato das coisas e o exercício dos sentidos. Rousseau não se cansa de denunciar as faltas de “uma educação tagarela” que, sob o pretexto de fazer das crianças precoces argumentadores, faz com que acreditem demais nas palavras.

Mas o desenvolvimento da razão não é apenas tardio, também é condicionado pelo da vida social. Esse é um ponto sobre o qual insistimos longamente no primeiro capítulo e é essencial para a doutrina de Rousseau. Para ele, sociabilidade e racionalidade são inseparáveis. Se o selvagem, do segundo *Discurso*, é reduzido ao puro instinto, é que, vivendo no isolamento do estado de natureza, ele pode, sem prejuízo, dispensar o uso da razão. “Foi por uma providência muito sábia que as faculdades, de que dispunha em potência, só se desenvolvessem com as ocasiões de exercê-las, a fim de não

---

<sup>39</sup> *Profissão de fé*, p.100.

lhes serem nem supérfluas e impostas antes do tempo, nem tardias e inúteis para a necessidade”.<sup>40</sup>

Assim, para Rousseau, as faculdades do homem só se desenvolvem em função de suas necessidades. Enquanto for uma faculdade supérflua, a razão permanecerá uma “faculdade virtual”. O homem só adquire o uso de sua razão no momento em que este se torna indispensável para viver, isto é, quando para ele começa a vida social. Mas se a vida social torna necessário o desenvolvimento da razão, também é ela que o torna possível, pois somente com o concurso de seus semelhantes o homem pode adquirir as luzes que lhe fariam falta pela eternidade se vivesse sempre solitário. “O homem que, privado do socorro de seus semelhantes e sem cessar ocupado em prover às suas necessidades, reduz-se apenas ao andar de suas próprias idéias, (...) envelhece e morre antes de sair da infância da razão”.<sup>41</sup> Por aí se vê o quanto são solidários o desenvolvimento da razão e o da sociabilidade.

Esta solidariedade não é sem perigo para a razão. Se a vida social tem a vantagem de favorecer o desenvolvimento da razão, em compensação, tem o inconveniente de fazer nascer paixões de que o homem está isento no estado de natureza. É por isso que a razão nascente corre o risco de ser escravizada por nossas paixões ou de tornar-se um joguete da opinião. Como garanti-la? Aqui intervém a consciência, faculdade providencial, instinto divino, que deve servir de guia à nossa razão. Para preservar nossa razão dos extravios a que a levariam fatalmente nossas paixões, é preciso submetê-la à direção da consciência.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> *Discurso sobre a desigualdade* (Pol.Writ.,I, p.159).

<sup>41</sup> *Carta ao Senhor de Beaumont* (III,p.75).

<sup>42</sup> Qual o valor dessa solução? Para que fosse satisfatória, seria necessário que a consciência ou o sentimento interior não corram por si mesmos os riscos de ser corrompidos ou sufocados pelas paixões. Isso é o que fazia



Rousseau admite, com a maioria dos filósofos, que as paixões e os preconceitos são a fonte principal de nossos erros. Se tantos raciocínios são sofismas, é porque, em lugar de raciocinar tomando por base as verdades primitivas, colocamos em seu lugar as nossas opiniões, nossos preconceitos ou nossas paixões. É preciso, pois, que o

---

notar a Rousseau um de seus refutadores, o abade Bergier: “O senhor não ignora – diz ele – o quanto as paixões podem enfraquecer o sentimento interior.” (*O deísmo refutado por si mesmo*, Paris, 3.ed., 1766, Primeira Parte, p.47). Rousseau só podia prestar homenagem à clarividência de seu adversário. Não declara, ele mesmo, em *Profissão de fé* (p.147), que “a consciência é tímida”, que muitas vezes é incapaz de resistir aos preconceitos, pois “a sua ruidosa voz sufoca a sua”? Rousseau reconheceu tão bem as insuficiências da consciência que, no *Emílio*, lhe dá por guia a razão! No livro V, depois de haver indicado “que existe para toda a espécie humana uma regra anterior à opinião” e que “esta regra é o sentimento interior”, Rousseau acrescenta: “importa-lhes (às mulheres) cultivar uma faculdade que sirva de árbitro entre os dois guias, que não deixe de nenhum modo perder-se a consciência, e que corrija os erros do preconceito. Esta faculdade é a razão” (II, p.354).

Como negar que aqui exista alguma incerteza no pensamento de Rousseau? Para combater as paixões, remete-nos constantemente da consciência à razão, sem deliberadamente tomar partido. Nesse sentido, sua teoria dos remédios para as paixões permanece uma das partes fracas de seu sistema. Entretanto, conforme a *Nova Heloísa* (Parte III, Carta XVIII), a contemplação do ser supremo constitui o melhor remédio para as paixões: “É na contemplação desse divino modelo – escreve Júlia – que a alma se purifica e se eleva, que ela aprende a desprezar suas baixas inclinações, e a superar suas tendências vis. Um coração penetrado dessas sublimes verdades recusa-se às pequenas paixões dos homens” (IV, p.248). Pode-se lamentar que Rousseau não tenha dado mais amplitude a essa idéia. Aprofundando-a, certamente teria sido levado a reconhecer ainda mais claramente a impotência da consciência e da razão diante das paixões. O que o teria tornado, talvez, menos hostil à idéia de um socorro sobrenatural. Todavia, ele não podia reconhecer a necessidade desse socorro sem renunciar a todos os seus princípios. Em todo caso, Rousseau nunca esteve tão perto da idéia cristã quanto nesse admirável texto da *Nova Heloísa*.

sentimento interior intervenha para nos preservar desse mau uso da razão. É ele que, de certo modo, distingue o verdadeiro do falso, quando se trata dessas noções primitivas que não podemos deduzir do que já sabemos.

De uma maneira mais geral, colocando a razão sob o controle da consciência, Rousseau quer indicar, sobretudo, que não se pode separar o exercício do pensamento das virtudes morais e que a correção do juízo depende, antes de tudo, da justiça do coração. Neste ponto, por toda a sua vida, permaneceu fiel à concepção que expressara já no *Projeto para a educação do Senhor de Saint-Marie* que é, sabe-se, um de seus primeiros escritos:<sup>43</sup>

“A justiça do coração – escrevia ele, nesse opúsculo – quando se afirma pelo raciocínio, é a fonte da justiça do espírito: um homem honesto quase sempre pensa corretamente (...). Parece, com efeito, que o bom senso depende ainda mais dos sentimentos do coração que das luzes do espírito, e tem-se a experiência de que as pessoas mais informadas e mais esclarecidas nem sempre são as que se conduzem melhor nos negócios da vida: dessa maneira, depois de haver enchido o Senhor de Saint-Marie de bons princípios de moral, poderíamos, em certo sentido, considerá-lo como bastante avançado na ciência do raciocínio” (III, p.39).

Esse é o ponto de vista de um moralista para quem o coração e a razão não são duas faculdades rivais, mas, ao contrário, devem prestar-se mútuo apoio. O sentimento interior deve servir de guia para a razão e reconduzi-la no reto caminho da verdade<sup>44</sup> quando ela se extravia em

---

<sup>43</sup> Composto em 1740, vinte anos antes do *Emílio*.

<sup>44</sup> Conferir esse texto da *Carta ao Senhor de Franquières*: “Eis como, de todas as partes, essa voz forte e salutar do sentimento interior faz voltar ao

argumentações sofisticadas ou especulações que não foram feitas para ela: todavia, não conseguiria substituí-la. Beaulavon interpreta fielmente o pensamento de Rousseau quando escreve: “Deus não nos deu o sentimento para dispensar-nos da razão, mas para nos ensinar a empregá-la e a dela bem nos servir”.<sup>45</sup>

\* \* \*

De tudo o que precede, poderemos concluir – como deixamos entender desde o começo deste trabalho – que Rousseau, apesar do apelo ao sentimento interior, permanece racionalista?

Tudo depende, sem dúvida, do que se entenda por racionalista, porque há racionalistas de várias espécies. Laporte nos advertiu muitas vezes contra os perigos de tal tentativa, de modo que nos seria difícil aqui seguir seu exemplo e, nós também, dar uma definição do racionalista.<sup>46</sup> Preferimos remeter os leitores à Introdução de seu trabalho sobre *O racionalismo de Descartes*. Ali encontrarão, em particular, esta observação:

“A primeira marca do racionalista é, sem dúvida, diz o *Vocabulário filosófico*, acreditar na razão; e, para acreditar na razão, é preciso começar por acreditar que ela existe. Falando francamente, esta é uma crença bastante difundida; poucas pessoas ousariam negar que o homem raciocina, e que tem a potência de discernir o verdadeiro do falso. Mas alguns

---

seio da verdade e da virtude o homem que foi extraviado por sua razão mal conduzida” (C.G., t.XIX, p.61).

<sup>45</sup> *Profissão de fé*, Introdução, cap. III, p.33.

<sup>46</sup> “O ‘Racionalista’, como o ‘Sofista’ de Platão – *salva reverentia* – é um “monstro incompreensível”, ou que só se deixa compreender ao preço de uma caça longa e penosa”, escreve Laporte (*Le rationalisme de Descartes*, Paris, 1945, in-8°, Introdução, p.x).

relacionam este discernimento e essa capacidade de raciocínio ao jogo da imaginação, dos sentimentos e das tendências. Será que se é racionalista quando se declara, com o *Tratado da natureza humana*: “A razão nada mais é do que um misterioso e ininteligível instinto de nossas almas”? Aparentemente, não. O racionalista deve, pois, reivindicar para a razão uma natureza original, irreduzível àquela do instinto e da afetividade.”<sup>47</sup>

Ora, que o nosso autor preencha as duas condições formuladas nesse texto nos parece fora de dúvida: Rousseau acreditou na razão e não a reduziu ao instinto.

“Pronunciando-se por sua vez contra a análise de Condillac<sup>48</sup> – escreve Brunschvicg –, Rousseau não tem a intenção de opor sistema a sistema: não pretende rebaixar a razão humana em proveito do instinto animal, segundo o paradoxo da *Apologia de Raymond Sebond*, nem dar conta daquele por este, como Hume foi tentado a fazer.”<sup>49</sup>

Não é significativa essa confissão de Brunschvicg, aliás, tão pouco inclinado a incluir Rousseau entre os pensadores racionalistas?

Falta-nos, agora, precisar em que sentido Rousseau nos parece ser racionalista e, para tanto, três observações nos são suficientes.

1<sup>a</sup>. O racionalismo de Rousseau é um relativismo: Rousseau é um racionalista consciente dos limites da razão. Em toda a sua obra, não cessou de afirmar que nossa razão é limitada, sem, entretanto, como mais tarde o faria Kant,

---

<sup>47</sup> Ibid., p.xv.

<sup>48</sup> Trata-se da análise do instinto, desenvolvida no *Tratado dos animais* (1755).

<sup>49</sup> *O progresso da consciência*, t.I, p.273.

descobrir um critério que permitisse determinar seus limites e as condições de seu emprego legítimo. Aliás, jamais considerou esses limites como um defeito de nossa razão; via neles antes um efeito da sabedoria da natureza, porque podemos, sem preconceito, ignorar o que ultrapassa o alcance de nosso entendimento, quando não nos importa conhecê-lo.

Ao limitar a nossa razão, quis a natureza que o saber não fosse a meta de nossa vida, que deve ser consagrada ao amor da virtude e à prática de nossos deveres.

O que Rousseau condena nos textos de aparência anti-racionalista, na realidade, é a filosofia do Iluminismo, e todos os que, como os Enciclopedistas, só vêem salvação para o homem no progresso dos conhecimentos. É nesse sentido que escreve, nas *Cartas morais*: “A razão rebaixa, mas a alma se eleva, se somos pequenos por nossas luzes, somos grandes por nossos sentimentos e, seja qual for o nosso lugar no sistema do universo, um ser amigo da justiça e sensível às virtudes não é, de modo algum, abjeto por sua natureza.”<sup>50</sup>

Embora Rousseau aí pareça difamar a razão para melhor exaltar o sentimento, quer afirmar, sobretudo, a primazia da vida prática sobre a vida especulativa, tema que lhe é tão familiar e retorna constantemente em seus escritos. Mas está bem longe de pensar que se possa dispensar a razão na conduta da vida. Ao contrário, é a razão que “leva o homem ao conhecimento de seus deveres”.<sup>51</sup> “A razão, escreve Júlia para Saint-Preux, tem por única finalidade o que é bom; suas regras são seguras, claras, fáceis na conduta da vida; e ela só se extravia em especulações inúteis que para ela não foram feitas.”<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Carta IV, C.G., t.III, Apêndice, p.361.

<sup>51</sup> *Emílio*, livro V(II, p.354).

<sup>52</sup> *Nova Heloísa*, Parte III, Carta XX (IV, p.256).

Disso se depreende que, para Rousseau, a razão permanece um guia seguro em seu uso prático, enquanto arrisca extraviar-se em sua função especulativa, quando se aventura para além de seus limites naturais. Encontra-se, pois, em Rousseau, em germe, a distinção que mais tarde será elaborada por Kant, entre a razão especulativa e a razão prática.

2°. Entretanto, Rousseau não concebe a natureza da razão à maneira de Kant. Nada é mais estranho ao seu pensamento do que um sistema rígido de categorias. Mas isso não é uma característica negativa. Para dizer a verdade, estamos bastante constrangidos ao tentar definir a natureza da razão em Rousseau, uma vez que, em sua obra, não existe uma teoria do conhecimento propriamente dita.

Em compensação, ali encontramos duas definições da razão, das quais, uma é tomada de empréstimo de Condillac, e a outra tem uma origem malebranchista. No plano psicológico, a razão se define como uma regra ou um guia que, no homem, resulta do emprego judicioso de todas as suas faculdades. Não é propriamente uma faculdade; é composta por todas as outras faculdades humanas.”<sup>53</sup> Como a razão assim definida se divide em razão sensitiva e razão intelectual, não há em Rousseau a oposição que os cartesianos estabeleceram entre a razão e os sentidos.<sup>54</sup> Neste ponto, Rousseau permanece fiel discípulo de Condillac, que foi, incontestavelmente, o seu mestre de psicologia.

Se passarmos ao *domínio da metafísica*, Rousseau nos aparece como discípulo de Malebranche, uma vez que então

---

<sup>53</sup> *Emílio*, Livro II (II, p.57).

<sup>54</sup> Conferir o texto tão significativo de *Emílio e Sofia*: “Na idade das paixões, eu formava minha razão pelos meus sentidos; o que serve para enganar os outros foi para mim o caminho da verdade.” (III, p.2).

define a razão pela idéia de ordem: “A razão – diz ele, nas *Cartas morais*<sup>55</sup> – é a faculdade de por em ordem todas as faculdades de nossa alma de modo conveniente à natureza das coisas e a suas relações conosco”.

Tal definição não é inconciliável com a precedente, mas ali se encontra o eco de preocupações metafísicas que estavam ausentes na primeira. Na verdade, Rousseau contentou-se em justapor, em sua doutrina, duas concepções diferentes da razão. Pareceu-lhe natural ser ao mesmo tempo discípulo de Malebranche e de Condillac, porque cada uma dessas influências se situa num plano diferente do seu pensamento.

3º. Segundo Laporte, a posição diante da religião é decisiva para determinar se um autor é, ou não, racionalista. Por isso nos parece necessário, para terminar, retornar à questão da religião de Rousseau.

Laporte assinala, também, que o pensamento cristão admite um irracional a dupla face: “Esse *irracional* – diz ele –, que está acima e, não, abaixo de nossa razão, expressa-se, no plano especulativo, pela noção de *mistério*, e, no plano moral, pela noção da *graça*, entendida como uma infusão extraordinária, temporária e livre, da vida divina ao mais íntimo da vida humana. Seu nome verdadeiro é *sobrenatural*.”<sup>56</sup>

Ora, desse ponto de vista, nada pode ser mais significativo do racionalismo de Rousseau do que a sua aversão pelos mistérios e a sua negação da graça. “Em relação aos dogmas – assegura o vigário saboiano –, minha razão me

---

<sup>55</sup> Carta II (C.G., t.III, Apêndice, p.352).

<sup>56</sup> *O racionalismo de Descartes*, p.XII.

diz que devem ser claros, luminosos, surpreendentes por sua evidência”.<sup>57</sup>

Quanto à graça concebida como um socorro extraordinário de Deus, Rousseau ali não é menos hostil do que aos mistérios. Em *Nova Heloísa*<sup>58</sup>, Saint-Preux se esforça para convencer Júlia que a graça assim compreendida é ao mesmo tempo supérflua e contrária à justiça de Deus. Na realidade, Rousseau reduz a nada a oposição que a filosofia medieval havia estabelecido entre a natureza e a graça. Para ele, a graça divina se confunde com as faculdades naturais que Deus nos deu para preencher nosso destino sobre a terra.

“Ao criar o homem – diz Saint-Preux –, ele (o Ser supremo) dotou-o de todas as faculdades necessárias para realizar o que dele exigia; e quando lhe pedimos o poder de bem fazê-lo, nada lhe pedimos que já não nos tenha dado. Ele nos deu a razão para conhecer o que é bom, a consciência para amá-lo, e a liberdade para escolhê-lo. *É nesses dons sublimes que consiste a graça divina*; e como todos os recebemos, todos nós contamos.”

Rousseau retira de sua religião todo o irracional. Ninguém mais do que ele foi adversário do sobrenatural. “Sobrenatural! Que significa essa palavra? Não o entendo”, diz o Raciocinador, na *Profissão de fé do vigário saboiano*<sup>59</sup>. Por isso mesmo, aliás, Rousseau se distancia da religião cristã, acreditando permanecer fiel ao seu espírito.

---

<sup>57</sup> *Profissão de fé*, pp.167/168.

<sup>58</sup> Parte VI, Carta VII(V, p.33 – É nessa página que se encontra o texto citado antes). Estudamos mais em detalhe a crítica rousseauiana da graça em nosso artigo sobre “Jean-Jacques Rousseau e o cristianismo” (*Revue de Métaphysique et Morale*, outubro 1948).

<sup>59</sup> P.170.



Laporte definiu assim a atitude religiosa do racionalista: “Ele se acomodará ao rigor do *incognoscível*. E nunca vai tolerar o *sobrenatural*”.<sup>60</sup> Tal fórmula se aplica a Rousseau melhor do que a qualquer outro pensador.

**Robert Derathé** (1905/1992) nasceu em Besançon, na França. Estudou no Liceu Louis-le-Grand e em Sorbonne. Residiu, de 1935 a 1938, no Instituto Francês, em Berlim e em Viena. Depois de sua defesa de tese, foi nomeado professor de filosofia na Universidade de Nancy. Derathé consagrou sua vida ao estudo da obra de Jean-Jacques Rousseau, que não cessou de examinar, notadamente em suas relações com o pensamento daqueles que o antecederam (como Bodin, Hobbes, Pufendorf ou Locke), de seus contemporâneos (como Condillac, Montesquieu ou Hume) e, mesmo, de sua posteridade (como é o caso de Kant e de Hegel). Além desse comparatismo prodigado por sua grande erudição, é na História da idéias que Derathé buscará os elementos para a análise genealógica que produziu sobre as ideias de Rousseau – investigando de forma sistemática e rigorosa o conjunto de fontes que o filósofo expressamente menciona, ou apenas deixa entrever em seus escritos. Suas obras mais conhecidas são *Le rationalisme de Jean-Jacques Rousseau*, de 1948, resultante de sua tese de doutoramento, (ainda inédita no país e da qual publicamos aqui dois excertos) e *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps*, de 1950 (*Jean-Jacques Rousseau e a ciência política de seu tempo*. Trad. Natalia Maruyama. São Paulo: Editora Barcarola/Discurso Editorial, 2009). Robert Derathé foi também responsável pela

---

<sup>60</sup> *O racionalismo de Descartes*, p.XIX. Notemos que Laporte (pp.XIV e XVIII) inclui Rousseau entre os “irracionalistas”. Acreditamos ter mostrado, ao contrário, que Rousseau apresenta todas as características do racionalista, tal como o definiu Laporte.

organização e comentários da edição das obras políticas de Rousseau pela prestigiosa Bibliothèque de la Pléiade.

**Suzana G. Albornoz**, graduada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Filosofia, estudou filosofia política na EHESS, em Paris, e lecionou na FURG, Rio Grande, e na UNISC, Santa Cruz do Sul. Traduziu O livro de Manuel e Camila, de Ernst Tugendhat (c/C.M.Serralta, 2002). Entre outros, publicou: Ética e utopia(1985), O que é trabalho(1986), O enigma da esperança(1998), O exemplo de Antígona(1999) e Trabalho e utopia na modernidade(2011);